



EDITAL DE LICITAÇÃO

EDITAL Nº 33/2014
PROCESSO Nº 10001-368/2014
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL

1. PREÂMBULO

A **UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE DO PARANÁ (UENP) - REITORIA**, por meio do Pregoeiro e Equipe de Apoio, designados pela Portaria nº 350/2014, de 18/08/2014 e de conformidade com a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, a Lei Estadual nº 15.608, de 16 de agosto de 2007, o Decreto Estadual nº 2.391, de 24 de março de 2008, a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Decreto 7892/13, Decreto 8250/14 e, subsidiariamente com a Lei nº 8.666/93, suas alterações, e demais normas aplicáveis, torna pública a realização de Licitação, no dia **01/12/2014, às 10 horas**, na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, do tipo **MENOR PREÇO POR LOTE**, através do **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**, visando a contratação de empresa especializada para futura **ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE ENGENHARIA DIVERSOS**, conforme condições fixadas no Anexo I (Termo de Referência) deste Edital.

1.2 DATA, HORÁRIO E LOCAL PARA ENTREGA DA PROPOSTA E DOCUMENTAÇÃO

1.2.1 – O pregão será realizado no dia **01/12/2014, com início às 10h**, na Reitoria, localizada na Avenida Getúlio Vargas, 850, Centro, na Cidade de Jacarezinho, Paraná, CEP 86.400-000, quando deverão ser apresentados, no início, **OS DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO, A DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO EDITAL (conforme modelo do Anexo III); A DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA/EMPRESA DE PEQUENO PORTE (se for o caso) E OS ENVELOPES: PROPOSTA DE PREÇOS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.**

1.2.2 – Iniciada a abertura dos envelopes proposta não será admitida a entrada de outros participantes.

1.2.3 - Na hipótese de ocorrer feriado ou qualquer fato impeditivo que dificulte a realização da referida sessão pública, fica a mesma adiada para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo local e hora, ou em outro a ser definido pela Pregoeira, se necessário.



2. - DO OBJETO

2.1 A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada visando a futura **ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE ENGENHARIA DIVERSOS**, conforme condições fixadas no Anexo I (Termo de Referência) deste Edital.

2.2 - A Ata de Registro de Preços terá prazo de vigência por 12 (doze) meses, contados da sua assinatura.

2.3- O valor máximo para as quantidades estimadas nesta licitação será de R\$ **1.079.250,00 (um milhão, setenta e nove mil, duzentos e cinquenta reais)**.

3 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1 Os pagamentos decorrentes da prestação dos serviços da presente licitação serão efetuados à conta dos recursos da dotação orçamentária 4548.0001 – 3390.3904 e 4560.0000.3390.3904. Fonte 132, 250, 281,284.

4 - DO PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.

4.1 O prazo total para entrega dos projetos é de 60 (sessenta) dias a partir da emissão da ordem de serviço, admitida a possibilidade de prorrogação por conveniência da UENP.

5 - DO PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO

5.1 O preço máximo para a contratação será de R\$ **1.079.250,00 (um milhão, setenta e nove mil, duzentos e cinquenta reais)**.

5.2 O pagamento será efetuado após a entrega de cada projeto e respectiva validação pelo engenheiro responsável da UENP.

6 - DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

6.1 Poderão participar do presente certame todos os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto licitado e que preencham as condições exigidas neste edital.

6.2 - Os interessados, até o dia, hora e local fixados no item 1.2.1, deverão entregar a proposta e os seus documentos de qualificação/habilitação e os documentos para credenciamento, em envelopes distintos e devidamente fechados, ao Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, com as seguintes identificações na parte externa:

EDITAL N° 33/2014



PREGÃO PRESENCIAL

Envelope 01 – Proposta de Preço

Razão Social da Proponente

CNPJ:

Endereço:

Fone/Fax:

E-mail:

EDITAL Nº 33/2014

PREGÃO PRESENCIAL

Envelope 02 – Documentação

Razão Social da Proponente

CNPJ:

Endereço:

Fone/Fax:

E-mail:

6.3 - A recepção dos envelopes far-se-á de acordo com o prazo fixado no item 1.2.1, não sendo permitido atraso, mesmo que involuntário.

6.4 - A ausência de qualquer um dos envelopes ou documentos obrigatórios implicará na exclusão do interessado deste certame licitatório.

6.5 - É vedada a participação direta ou indireta nesta licitação de:

- a) pessoa física;
- b) empresa em regime de subcontratação, ou ainda, em consórcio;
- c) empresa que possua restrições quanto à capacidade técnica ou operativa, personalidade e capacidade jurídica, idoneidade financeira e regularidade fiscal;
- d) empresa que estiver sob falência, concurso de credores, dissolução ou liquidação;
- e) empresa que esteja temporariamente suspensa para participar de licitação e impedida de contratar com a UENP;
- f) empresa que tenha sido declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, Direta ou Indireta, Federal, Estadual ou Municipal, a partir da publicação do ato na Imprensa Oficial.

6.6 - Estendem-se os efeitos das penalidades de suspensão e da declaração de inidoneidade:

- a. às pessoas físicas que constituíram a pessoa jurídica, as quais permanecem impedidas de licitar enquanto perdurarem as causas da penalidade, independentemente de nova pessoa jurídica que vierem a constituir ou de outra em que figurarem como sócios;



b. às pessoas jurídicas que tenham sócios comuns com as pessoas físicas referidas no item anterior.

6.7 - Não será admitido o envio de proposta ou documentação via fax ou similar.

7. DA OBTENÇÃO DO EDITAL

7.1 - Este edital e seus anexos serão disponibilizados aos interessados no Setor de Protocolo da Reitoria, podendo também ser obtido através do site www.uenp.edu.br.

7.2 - As modificações, retificações ou adequações realizadas no edital também serão divulgadas e disponibilizadas aos interessados no mesmo endereço eletrônico, bem como divulgadas na Imprensa Oficial, ficando sob responsabilidade dos interessados acompanhar as eventuais publicações suplementares realizadas pela UENP e solicitar seus envios, se necessário.

8 - DOS ESCLARECIMENTOS, PROVIDÊNCIAS OU IMPUGNAÇÕES

8.1 - Até dois dias úteis antes da data fixada para recebimento dos envelopes, qualquer interessado poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o edital deste pregão.

8.2 - Os pedidos de esclarecimentos, providências ou impugnações deverão ser formulados por escrito, encaminhados através do email licitacao@uenp.edu.br ou no Setor de Protocolo da Reitoria da UENP, sito à Avenida Getúlio Vargas, 850 – Jacarezinho - PR, no horário das 9h às 12h e das 14h às 17h.

8.3 - Outras informações poderão ser obtidas no endereço indicado no preâmbulo deste edital, com os servidores do Setor de Licitação da UENP ou através do email: licitacao@uenp.edu.br.

8.4 - Os pedidos serão analisados e decididos pelo Pregoeiro no prazo de até 01 (um) dia útil, salvo em casos excepcionais que dependam de pareceres técnicos ou jurídicos.

8.5 - Não serão conhecidos os pedidos de esclarecimentos, providências ou impugnações, apresentados após o prazo estabelecido, levando-se à presunção de total e irrestrito aceite aos termos e condições fixados no edital e seus anexos.

8.6 - Fica a critério do Pregoeiro, exclusivamente, conhecer os pedidos encaminhados de forma diversa à estabelecida no item anterior.

9- DO CREDENCIAMENTO DO REPRESENTANTE DA EMPRESA LICITANTE

9.1 - As empresas licitantes poderão credenciar um representante para participar desta licitação, formular lances, impugnar atos ou interpor recursos, mediante a apresentação **de um dos seguintes documentos:**



a) **Tratando-se de representante legal** - estatuto social, contrato social ou última alteração consolidada ou outro instrumento de registro comercial, registrado na Junta Comercial, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura (cópias autenticadas ou cópias simples com apresentação de originais para conferência);

b) **Tratando-se de procurador:**

I) **instrumento de procuração público ou particular (este com firma reconhecida) ou carta de credenciamento (com firma reconhecida)** – na procuração ou carta de credenciamento deve constar poderes específicos para formular lances, negociar preços, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, mais o

II) **correspondente documento, dentre os indicados na alínea "a",** que comprove os poderes do mandante para a outorga (cópias autenticadas ou cópias simples com apresentação de originais para conferência).

9.2 - Os documentos de que trata o item anterior **deverão ser entregues diretamente ao Pregoeiro**, ou, opcionalmente, enviados num envelope específico, devidamente identificado.

9.3 - As microempresas ou empresas de pequeno porte deverão entregar também a declaração de que trata o item 12.1 deste Edital, no momento do credenciamento.

9.4 - Os representantes credenciados nesta licitação deverão se identificar exibindo documentos oficiais que contenham suas fotos.

9.5 - Será admitido apenas 01 (um) representante credenciado para cada empresa licitante.

9.6 - Os documentos necessários ao credenciamento dos representantes poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente, pelo Pregoeiro ou Membros da Equipe de Apoio.

9.7 - A ausência de representante credenciado na sessão pública de abertura e julgamento **não invalida ou exclui a proposta da licitação**, porém, leva à presunção de que o valor consignado na oferta escrita é definitivo e que a empresa não tem interesse em formular lances.

10 – DA HABILITAÇÃO PRELIMINAR – DECLARAÇÃO OBRIGATÓRIA

10.1 - Para habilitação preliminar nesta licitação, em conformidade com o inciso II, art. 58, Lei Estadual nº 15.608/07, concomitantemente ou concluída a fase de credenciamento, os licitantes deverão apresentar **DECLARAÇÃO** dando ciência de pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no edital, conforme modelo do Anexo III.



10.2 - A declaração deverá ser entregue diretamente ao Pregoeiro, no início da sessão.

10.2.1 - Caso o interessado não envie representante para participar desta licitação, o licitante poderá enviar a declaração através de terceiros ou em envelope específico, devidamente identificado quanto ao seu conteúdo, sob pena de exclusão.

10.3 - Em atendimento ao princípio da ampliação da competitividade, se o representante da empresa estiver presente e regularmente credenciado, esta declaração poderá ser confeccionada e assinada por ele no início da sessão, desde que informe ao Pregoeiro e a entregue antes da abertura das respectivas propostas.

10.3.1 - Em observância ao princípio da celeridade processual, em sendo conveniente para os trâmites da reunião, o Pregoeiro poderá fornecer o formulário padrão desta declaração ao representante credenciado, conforme modelo anexo ao edital.

10.4 - A não apresentação desta declaração implicará na **EXCLUSÃO** imediata do interessado nesta licitação.

10.5 - A habilitação definitiva se dará mediante a análise e aprovação da documentação apresentada pelo interessado no **Envelope 02**.

10.6 - Se o licitante apresentar a declaração de que tem pleno conhecimento e atende as exigências de habilitação previstas neste edital e, ao final, ficar demonstrado que ele não reúne os requisitos de habilitação necessários à sua contratação, assegurado o direito ao contraditório e ampla defesa, poderá ser lhe aplicada a sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a UENP, nos termos do art. 150, III, Lei Estadual nº 15.608/07.

11 – DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS E DA DOCUMENTAÇÃO

11.1 - DAS PROPOSTAS DE PREÇOS – ENVELOPE 01

11.1.1 As propostas de preços devem estar datadas e devidamente **assinadas** pelos respectivos representantes legais ou por quem tenha poderes para tanto, redigidas em português, **impressas ou datilografadas**, de forma clara, concisa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas na parte que envolver valores, que possam prejudicar suas avaliações e autenticidades, bem como conter a indicação do número deste pregão.

11.1.1.1 A apresentação de proposta sem assinatura não a invalidará caso o representante da empresa estiver presente e comprovar que possui poderes para assiná-la, no ato de sua abertura, durante a respectiva sessão pública.

11.1.1.2 As propostas devem ser elaboradas observando-se as especificações estabelecidas no Edital e seus Anexos, discriminando-se minuciosamente a maneira cotada em suas características, incluindo **valor** e outros elementos que permitam avaliar e facilitar o julgamento da proposta.



11.1.1.3 Nos preços cotados, já deverão estar inclusas todas as despesas com impostos, deslocamentos e todos os demais encargos necessários à prestação dos serviços à UENP.

11.1.1.4 As propostas devem ser apresentadas em moeda corrente nacional, limitada a 02 (duas) casas após a vírgula.

11.1.1.5 Prazo de validade das propostas: O prazo de validade das propostas é de, no mínimo, 60 (sessenta) dias, a contar da data prevista de abertura da licitação, considerando-se aceito em caso de omissão.

11.1.1.6 Aceitação do edital: A apresentação das propostas implica na aceitação plena e total das condições deste Edital, sujeitando o licitante às sanções previstas no art. 150 da Lei Estadual n.º 15.608/07.

11.1.1.7 - É vedada a subcontratação, cessão ou transferência, total ou parcial do objeto contratado pela contratada a outra empresa.

12 – MICROEMPRESAS OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

12.1 - As microempresas ou empresas de pequeno porte que pretendam usufruir os benefícios previstos no Capítulo V da Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006, deverão enviar, obrigatoriamente, declaração de que se enquadram nesta categoria jurídica empresarial, conforme modelo do Anexo V.

12.2 - A declaração deverá ser entregue diretamente ao Pregoeiro no momento do credenciamento.

12.3 - A não apresentação da declaração de que trata o Anexo V leva ao entendimento de que as empresas proponentes não têm interesse nos benefícios previstos na Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006 ou não se enquadram nesta categoria jurídica.

12.4 - A verificação posterior de que, nos termos da lei, o declarante não se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte, caracterizará crime de fraude à licitação, conforme previsto no art. 90 da Lei Federal n° 8.666/93 e, ainda, implicará na aplicação da penalidade de declaração de inidoneidade, garantido o direito ao contraditório e ampla defesa.

13 - DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO – ENVELOPE 02

13.1 - O envelope contendo a documentação relativa à habilitação do proponente deverá conter:

a. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, inclusive a última alteração contratual, devidamente registrada, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documento de eleição dos seus administradores – os documentos podem ser substituídos por certidão simplificada da Junta Comercial, desde que constem os nomes dos



representantes legais da proponente e o ramo de atividade, com data de expedição não superior a 06 (seis) meses; (Dispensável caso já tenha sido entregue no ato do credenciamento)

b. Declaração emitida pelo proponente, conforme modelo do Anexo IV, contendo as seguintes informações:

- I. De que não se encontra punida com a sanção administrativa de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a UENP;
- II. De que a empresa não foi declarada inidônea por nenhum órgão da Administração Pública, de qualquer esfera de Governo;
- III. De que não possui, em seu quadro funcional, menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menores de 16 anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos (Lei n.º 9854, de 27/10/99, DOU de 28/10/99); e
- IV. De que a empresa atende aos critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade sócio-ambiental, respeitando as normas de proteção ao meio ambiente (Decreto Estadual nº 6252 de 22 de março de 2006).

c. Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).

d. Certidão de regularidade com a Fazenda Federal, mediante a apresentação de Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais, expedido pela Secretaria da Receita Federal, ou outra equivalente, na forma da lei;

e. Certidão de regularidade com a Fazenda Estadual: mediante apresentação de Certidão de Regularidade Fiscal, expedida pela Secretaria de Estado da Fazenda, ou outra equivalente, na forma da lei;

f. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal: mediante apresentação de Certidão Negativa de Débito de Tributos Municipais, ou outra equivalente, expedida pela Secretaria Municipal da Fazenda, do domicílio ou sede da empresa proponente;

g. Prova de regularidade para com a Seguridade Social (CND/INSS);

h. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF/CEF);

i. Certidão do Distribuidor probatória de inexistência de processos de falência e concordata, ou recuperação judicial e extrajudicial. Não constando o prazo de validade, será aceita somente a certidão expedida até 90 (noventa) dias antes da abertura das propostas;

j. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

k. Declaração de NÃO parentesco com servidor da UENP, conforme modelo do Anexo VI;

l. Declaração de Responsabilidades, conforme modelo do Anexo VII;



m. Certidão de Registro de Regularidade de Situação da Empresa junto ao CREA - Conselho Regional de Engenharia e Agronomia ou ao CAU - Conselho de Arquitetura e Urbanismo.

n. Carta assinada pelo representante legal da empresa indicando o responsável técnico, constando nome e número do registro no CREA ou no CAU acompanhada de comprovante de vínculo direto do profissional indicado como responsável técnico, na data prevista para entrega da proposta.

o. Certidão de Registro de Regularidade de Situação do Responsável Técnico da empresa junto ao CREA- Conselho Regional de Engenharia e Agronomia ou ao CAU Conselho de Arquitetura e Urbanismo.

p. Atestado em nome da Licitante ou do responsável técnico, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, acompanhado da devida certidão do CREA, que comprove a realização de serviços similares. Poderá ser apresentado mais de 01 (atestado) para comprovar realização de serviços similares.

13.2 - Os documentos necessários à habilitação do proponente poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente, pelo Pregoeiro ou Membros da Equipe de Apoio, sendo que, neste último caso, a autenticação poderá ser feita antecipadamente ou durante a sessão, desde que o proponente tenha enviado a cópia no envelope-documentação e apresente o original até o momento da análise de seus documentos, exceto nos casos dos documentos emitidos via internet que poderão ser encaminhadas as vias impressas ou mesmo uma fotocópia, não sendo necessário qualquer tipo de autenticação.

Obs: No caso de documentos emitidos via internet ou fotocópia desses, não necessitarão de autenticação, mas estarão condicionados à verificação da autenticidade no site do órgão responsável.

13.3 - As microempresas ou empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, **ficam obrigadas a apresentar toda documentação exigida no edital**, inclusive, as pertinentes à comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

13.3.1 - Havendo alguma restrição nos documentos apresentados para comprovação da regularidade fiscal, será concedido o prazo de 02 (dois) dias úteis para regularização da documentação, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor e os demais subsequentes classificados do certame, prorrogáveis por igual período, a critério exclusivo da UENP.

13.3.2 - A não regularização da documentação, no prazo estabelecido, implicará na decadência do direito da microempresa ou empresa de pequeno porte à contratação, sem prejuízo das sanções administrativas cabíveis por descumprimento de obrigações previstas neste edital e na legislação vigente aplicável à matéria (advertência, multa, impedimento de licitar e contratar com a UENP e declaração de



inidoneidade), sendo facultada à UENP, ainda, indicar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, como vencedores do certame ou revogar a licitação.

14 - DA SESSÃO PÚBLICA DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS, DOS LANCES E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

14.1 - No dia, hora e local indicados neste Edital, será realizada a sessão pública do pregão para julgamento das propostas, dos lances e dos documentos de habilitação.

14.2 - Iniciada a Sessão Pública do Pregão, nenhuma empresa poderá desistir da proposta apresentada.

14.3 - O Pregoeiro receberá e examinará as credenciais e procederá ao credenciamento dos interessados, bem como receberá as declarações das empresas licitantes de que têm conhecimento e atendem às exigências de habilitação previstas no edital (Anexo III) e as declarações de microempresas ou empresas de pequeno porte (Anexo V).

14.4 - Na sequência, o Pregoeiro informará aos presentes acerca das empresas que estão participando deste certame, bem como, eventualmente, daquelas excluídas por inobservância de algum dos requisitos estabelecidos no edital.

14.5 - Todos os envelopes contendo as propostas e os documentos de habilitação serão rubricados pelo Pregoeiro, pela Equipe de Apoio e pelos licitantes presentes.

14.6 - Abertos os envelopes contendo as propostas, o Pregoeiro e a Equipe de Apoio rubricarão todas as folhas e demais documentos que integram as propostas apresentadas pelos licitantes, facultando-se aos licitantes presentes, igualmente, rubricar os documentos neles contidos.

14.7 - Na sequência, o Pregoeiro e Equipe de Apoio verificarão a conformidade das propostas com os requisitos/especificações estabelecidos no edital, desclassificando as propostas tecnicamente incompatíveis.

14.8 - Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências deste Edital, sejam omissas ou apresentem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento;

14.9 - As propostas, na sequência, serão classificadas pela ordem crescente de preço, aplicando-se os seguintes critérios:

- a. Serão classificados pelo Pregoeiro, para a etapa de lances, o licitante que apresentar proposta com menor preço e os demais que apresentarem propostas com preços até 10% (dez por cento) superior àquela de menor preço.
- b. Caso não sejam verificadas, no mínimo, 03 (três) propostas escritas naquelas condições, serão classificadas as 03 (três) melhores propostas, independentemente do percentual de diferença entre elas.
- c. No caso de igualdade de preços entre duas ou mais propostas escritas, apenas para fins de ordenação dos lances, o Pregoeiro realizará sorteio entre elas.



d. Não será considerada qualquer oferta ou vantagem não prevista neste Edital e seus Anexos.

14.10 - Em seguida, será dado início à etapa de lances verbais pelos proponentes que deverão ser formulados de forma sucessiva, em valores distintos e decrescentes.

14.11 - O Pregoeiro convidará individualmente os licitantes classificados, de forma sequencial, a apresentar lances verbais, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais, em ordem decrescente de valor.

14.12 - A desistência em apresentar lance verbal ou a apresentação de lance superior a de menor preço, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará na exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço oferecido pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas.

14.13 - Concluída a etapa de lances verbais, o Pregoeiro avaliará a aceitabilidade das propostas classificadas e, sendo aceitáveis, procederá à análise de suas documentações constantes do respectivo Envelope 02.

14.14 - Caso não se realizem lances verbais pelos licitantes selecionados e a empresa que oferecer o menor preço vier a ser desclassificada ou inabilitada, o Pregoeiro restabelecerá a etapa competitiva de lances entre os demais licitantes para apuração do vencedor, obedecendo-se aos critérios estabelecidos nos itens 2.12.9, inclusive, com a inclusão de outros licitantes, se for o caso, até a apuração de propostas que atendam ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto do certame, na ocasião da efetiva aquisição, em conformidade com inciso X do art. 58 da Lei Estadual nº 15.608/07.

14.15 - Encerrada a sessão pública, a ata ficará disponível na Internet e o respectivo resultado publicado na Imprensa Oficial.

14.16 - Como condição para emissão de nota de empenho e do contrato, a empresa vencedora deverá apresentar novas planilhas de preços com os valores readequados ao que foi ofertado na fase de lance verbal, no prazo de até 03 (três) dias úteis após o encerramento da sessão, sob pena de desclassificação, sem prejuízo das sanções administrativas cabíveis pelo descumprimento desta obrigação.

14.17 - Havendo apenas uma proposta e desde que atenda a todas as condições do edital e estando o seu preço compatível com o praticado no mercado, esta poderá ser aceita, situação em que o Pregoeiro poderá negociar com o proponente objetivando a obtenção do melhor preço.

14.18 - Quando todas as propostas escritas forem desclassificadas, o Pregoeiro poderá suspender o pregão e estabelecer uma nova data, com prazo não superior a 03 (três) dias úteis, para o recebimento de novas propostas, conforme artigo 58, inciso XVII, da Lei 15.608/2007.

15 - DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO



15.1 - Para julgamento e classificação das propostas, o Pregoeiro e sua Equipe de Apoio levarão em conta o critério de **MENOR PREÇO POR LOTE**, respeitado o valor máximo fixado na cláusula **2.4.1**.

15.2 - Será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, conforme prevê a Lei Complementar nº 123, de 14.12.06.

15.3 - Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas (lances) apresentadas pelas microempresas ou empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada depois de encerrada a etapa de lances verbais.

15.4 - Para efeito do disposto neste item, ocorrendo empate, proceder-se-á da seguinte forma:

- a. A microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada poderá apresentar proposta de preço **inferior** àquela considerada vencedora do certame, no prazo máximo de até 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão, situação em que se o fizer será adjudicado em seu favor o objeto licitado;
- b. Não ocorrendo a classificação da microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem colocada, na forma da alínea anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na mesma situação jurídica, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito e no mesmo prazo;

15.5 - Na hipótese de não classificação nos termos previstos no item anterior, no momento da aquisição, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

15.6 - Somente serão reconhecidas como microempresas ou empresas de pequeno porte aquelas que apresentarem declaração nos termos do Anexo V.

16 - DA HOMOLOGAÇÃO

16.1 - Constatado o atendimento de todas as exigências fixadas no edital, tanto no tocante à proposta quanto à documentação de habilitação, o licitante que ofertar o menor preço será declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame pelo Pregoeiro, para efetivação no momento da contratação, caso não haja interposição de recurso.

16.2 - Em caso de recurso, o ato de adjudicação será de competência do Reitor.

16.3 -A assinatura da Ata de Registro de preços, fica condicionada ao credenciamento da empresa vencedora da licitação, no GMS/CFPR - Cadastro Unificado de Fornecedor do Estado do Paraná, instituído pelo Decreto Estadual nº 9762, de 19/12/2013. O cadastro poderá ser realizado no endereço: <http://www.comprasparana.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=22>

16.4 - Depois de resolvidos os recursos eventualmente formulados ou, em caso de



sua inexistência, os autos serão encaminhados na sequência à autoridade superior competente para homologação do resultado do certame, podendo, ainda, revogar a licitação por interesse público ou anulá-la se constatada alguma irregularidade.

17 - DOS RECURSOS

17.1 - Declarado o vencedor, ao final da sessão, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, mediante o registro da síntese das suas razões em ata, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentarem contra-razões, se quiserem, em igual número de dias, que começarão a correr ao término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

17.2 - Os recursos ou contrarrazões deverão ser **protocolados** no Setor de Protocolo da Reitoria da UENP, Avenida Getúlio Vargas, 850, Jacarezinho - PR, no horário das 9h às 12h e das 14h às 17h.

17.3 - Após a apresentação das contrarrazões ou do decurso do prazo estabelecido para tanto, o Pregoeiro examinará o recurso, podendo reformar sua decisão ou encaminhá-lo, devidamente informado, ao Reitor para decisão.

17.4 - O exame, instrução e o encaminhamento dos recursos à autoridade superior serão realizados pelo Pregoeiro, no prazo de 03 (três) dias úteis.

17.5 - O julgamento do recurso será realizado no prazo de 03 (três) dias úteis, contados de seu recebimento pelo Reitor.

17.6 - O acolhimento do recurso invalidará apenas os atos insuscetíveis de aproveitamento.

17.7 - O Pregoeiro poderá indeferir o pedido de prazo para apresentação do recurso se os fundamentos forem visivelmente inconsistentes ou meramente protelatórios.

17.8 - A falta de manifestação imediata e motivada do licitante acerca de sua intenção em interpor recurso importará na decadência deste direito e na futura adjudicação do objeto da licitação ao vencedor.

18 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1 - Pelo descumprimento total ou parcial de quaisquer das obrigações estabelecidas neste edital, são cabíveis as seguintes sanções administrativas:

- a. Advertência;
- b. Multa;
- c. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a UENP por prazo não superior a 02 (dois) anos,
- d. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a UENP, pelo prazo de até 05 (cinco) anos.



18.2 - Para aplicação das sanções administrativas, a UENP levará em consideração a natureza e a gravidade da falta, os prejuízos dela advindos e a reincidência na prática do ato, apurados mediante processo administrativo, assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, conforme a seguir:

18.2.1 - A sanção administrativa de **ADVERTÊNCIA** será aplicada por escrito e destinada às condutas que prejudiquem o andamento do procedimento de licitação e de contratação.

18.2.2 - A sanção administrativa de **MULTA** será aplicada por inexecução total ou parcial da obrigação, inclusive, por atraso injustificado, sujeitando o inadimplente à multa de mora, que será graduada de acordo com a gravidade da infração, observando-se os seguintes limites:

- a. 10% (dez por cento) sobre o valor da aquisição, em caso de descumprimento total da obrigação;
- b. 0,3% (três décimos por cento) ao dia, calculado até o trigésimo dia, sobre o valor da parte dos materiais não entregues ou entregues com atraso,
- c. 0,7% (sete décimos por cento) por cada dia subsequente ao trigésimo dia referido na alínea anterior.

18.2.2.1 - A multa será descontada diretamente do pagamento da nota fiscal, caso ainda não paga ou, ainda, cobrada mediante procedimento administrativo ou judicial, conforme o caso.

18.2.2.2 - A aplicação da multa a que se refere este item não impede que a UENP cancele a aquisição e aplique as demais sanções previstas na legislação estadual pertinente.

18.2.2.3 - As multas previstas neste item não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá a empresa inadimplente da responsabilidade por perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

18.2.3 - A sanção administrativa de **SUSPENSÃO** temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a UENP será aplicada nas hipóteses dos ilícitos previstos nos incisos do art. 154 da Lei Estadual nº 15.608/07.

18.2.4 - A sanção administrativa de **DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE** será aplicada nas hipóteses dos ilícitos previstos nos incisos do art. 156 da Lei Estadual nº 15.608/07.

18.2.5 - A não regularização da documentação pertinente à comprovação de regularidade fiscal por parte das microempresas e empresas de pequeno porte no prazo estabelecido no edital, implica em descumprimento de obrigação passível de aplicação das sanções administrativas previstas neste item, assegurado o direito ao contraditório e ampla defesa.

19- DOS ANEXOS DO EDITAL

19.1 - Integram este Edital os seguintes anexos:



Anexo I – Descrição do Objeto;

Anexo II – Modelo de Proposta de Preços;

Anexo III - Modelo de Declaração de Conhecimento do Edital;

Anexo IV - Modelo de Declaração de que a empresa não está impedida de licitar ou contratar com a Administração Pública, de Idoneidade, de que não possui empregados menores de 18 anos nas condições vedadas pela legislação e de que a empresa atende aos critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade sócio-ambiental;

Anexo V – Modelo de Declaração de microempresa ou empresa de pequeno porte;

Anexo VI – Modelo de Declaração de NÃO parentesco com servidor da UENP;

Anexo VII – Modelo de Declaração de Responsabilidades;

Anexo VIII – Declaração de visita.

Anexo IX – Minuta de Contrato.

19.2 É facultada a apresentação dos Anexos em modelos próprios do proponente, desde que não descaracterizem suas finalidades.

20 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1 - Esta licitação poderá ser revogado por interesse público ou anulada por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, aplicando-se os procedimentos inerentes aos recursos quanto à concessão de prazo para contraditório.

20.2 - O Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, no interesse público, poderão relevar pequenas divergências, omissões ou irregularidades formais, desde que não reste infringido o princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

20.3 - As normas disciplinadoras deste pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os proponentes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

20.4 - O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação, sendo que falsidade de qualquer documento ou a inverdade das informações nele contidas implicará na imediata desclassificação de quem o tiver apresentado, ou, caso tenha sido classificada, no cancelamento dos preços registrados, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

20.5 - Será lavrada ata do trabalho desenvolvido em ato público de abertura dos envelopes, a qual será assinada pelo Pregoeiro, sua Equipe de Apoio e representantes credenciados presentes.

20.6 - É facultado ao licitante formular protestos consignando em atas dos trabalhos, para prevenir responsabilidade, prover a conservação ou ressalva de seus direitos



ou para simplesmente manifestar qualquer intenção de modo formal.

20.7 - O Pregoeiro ou Autoridade Superior, na forma do disposto no § 3º, do art. 85, da Lei Estadual n.º 15.608/07, se reserva o direito de suspender a sessão pública desta licitação para promover qualquer diligência que entender necessária para esclarecer ou complementar a instrução do processo, não sendo permitida, após a entrega dos documentos e propostas, a substituição ou apresentação de documentos.

20.8 - Havendo divergência, omissão ou conflito entre as condições estabelecidas neste certame licitatório e a Lei Estadual n.º 15.608/07, esta sempre prevalecerá.

20.9 - Poderá o licitante vencedor ser excluído do certame, sem direito a indenização ou ressarcimento e sem prejuízo de outras sanções cabíveis, se a Universidade Estadual do Norte do Paraná tiver conhecimento de qualquer fato ou circunstância superveniente, anterior ou posterior ao julgamento desta licitação, que desabone sua idoneidade ou capacidade financeira, técnica ou administrativa.

20.10 - Nenhuma indenização será devida aos licitantes pela elaboração da proposta e/ou apresentação de quaisquer documentos relativos a esta licitação.

20.11 - O foro competente para dirimir quaisquer questões oriundas desta licitação é o da Comarca de Jacarezinho, Estado do Paraná, com renúncia prévia e expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Jacarezinho, 04 de novembro de 2014.

João Luccas Thabet Venturine
Pregoeiro

EQUIPE DE APOIO

Eduardo Rodrigues Andrade

Valdomiro Kazmierczak



ANEXO I
Pregão Presencial 04/2014
TERMO DE REFERÊNCIA

Lote Único:

Estimativa de quantitativo de projetos por categoria e valores máximos

Categoria	Descrição	Estimativa em M2		Valor Unitário		Valor Total		Total Geral
		Constr.	Reforma	Constr.	Reforma	Constr.	Reforma	
PROEXE 1	Salas de aula, Laboratórios, Administração, Secretarias, Salas de estudos, bibliotecas.	7.000	3.500	40,00	20,00	280.000,00	70.000,00	350.000,00
PROEXE 2	Galpões sem laje na cobertura, podendo ter laje piso, para depósitos, garagens e WC	1.500	1.000	15,00	7,50	22.500,00	7.500,00	30.000,00
PROEXE 3	Galpões para máquinas, estábulos, aviários rurais simples	500	1000	11,00	5,50	5.500,00	5.500,00	11.000,00
PROEXE 4	Escadas e rampas externas, casa de máquinas.	500	500	11,00	5,50	5.500,00	2.750,00	8.250,00
PROTRU 1	Estruturas de concreto armado ou protendido, estrutura metálica	1000		12,00		12.000,00		12.000,00
PROTRU 2	Estruturas não mensuráveis por áreas (piscinas, reforço estrutural, bueiros, pontes, etc.)					10.000,00		10.000,00
PROELE 1	Instalações elétricas prediais	20.000		8,00		160.000,00		160.000,00
PROELE 2	Instalações de telefonia, lógica, em prédios	60.000		3,00		180.000,00		180.000,00
PROELE 3	Sistema de Proteção contra descargas atmosféricas (SPDA)	60.000		1,50		90.000,00		90.000,00
PROELE 4	Rede de alta tensão, iluminação pública, redimensionamento de carga até 225 KVA	3un		4.000,00		12.000,00		12.000,00



PROELE 5	Rede de alta tensão, redimensionamento de carga acima, de 225 KVA	1un		6.000,00		6.000,00		6.000,00
PROINC 1	Projeto de Prevenção contra incêndio e pânico	70.000		3,00		210.000,00		210.000,00
TOTAL						993.500,00	85.750,00	1.079.250,00

Valor máximo total do Lote Único: R\$ 1.079.250,00 (um milhão, setenta e nove mil e duzentos e cinquenta reais).

TABELA DE REFERÊNCIA DE HONORÁRIOS PARA PROJETOS

TABELA I				
PROJETO EXECUTIVO		VALOR MÁXIMO - R\$/m ²		
CATEGORIA	Caracterização referencial de uso	Construções novas	Reformas e adequações	
PROEXE 1	Salas de aula, Laboratórios ,Administração, Secretarias, Salas de estudos, bibliotecas.	40,00	20,00	
PROEXE 2	Galpões sem laje na cobertura, podendo ter laje piso, para depósitos , garagens e WC	15,00	7,50	
PROEXE 3	Galpões para máquinas, estábulos, aviários rurais simples	11,00	5,50	
PROEXE 4	Escadas e rampas externas, casa de máquinas.	11,00	5,50	

COMPOSIÇÃO DOS PROJETOS E RELATÓRIOS POR CATEGORIA	PROEXE 1	PROEXE 2	PROEXE 3	PROEXE 4	PROEXE 5
ANTEPROJETO- PROJETO PRELIMINAR	X	X	X	X	X
PROJETO ARQUITETÔNICO	X	X	X	X	X
PROJETO ESTRUTURAL - Inclusive estrutura da cobertura;	X	X	X	X	X
PROJETO ELÉTRICO PREDIAL	X	X	X	X	X
PROJETO DE INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS PREDIAL	X	X	X		
PROJETO DE TUBULAÇÃO DE TELEFONIA, LÓGICA OU CABEAMENTO ESTRUTURADO PARA TELEFONIA E LÓGICA EM PRÉDIOS	X	X			
MEMORIAL DESCRITIVO	X	X	X	X	X
ORÇAMENTO DETALHADO - COMPOSIÇÃO DE CUSTOS	X	X	X	X	X
CRONOGRAMA FÍSICO -FINANCEIRO	X	X	X	X	X

Obrigações da Contratada:

Reunir-se com os usuários do edifício projetado, sempre que se fizer necessário e mediante solicitação do Engenheiro da UENP, para dirimir todas dúvidas para perfeita execução dos projetos;



Seguir as regras internas da instituição quanto a elaboração dos projetos, considerando-se as características projetuais por ela adotada;
 Os projetos definitivos deverão ser iniciados somente com a aprovação do anteprojeto;
 Os projetos podem ser de diferentes autores;
 Todos projetos deverão estar acompanhados de Anotação de Responsabilidade Técnica do CREA ou CAU;
 No caso de repetição de edificações, blocos ou pavimentos, será aplicado apenas a primeira unidade, cabendo remuneração de 25% do valor da primeira para cada repetição.
 Fornecer 02 (duas) cópias impressas da cada projeto executado, bem como o arquivo eletrônico em formato editável.

São funções do autor do projeto arquitetônico:

Responsabilizar-se pela gestão de compatibilização entre todos projetos contratados;
 Responsabilizar-se pela compatibilização dos projetos quanto à de Alimentação de Energia, água, descarga de esgoto, topografia e tipo do solo;
 Ter sua situação regular perante os órgãos públicos municipais para gestão da aprovação do projeto arquitetônico;
 Fazer todas as correções necessárias até a aprovação do mesmo junto aos órgãos públicos;
 A composição dos custos deverá ser apresentado conforme metodologia e modelo da planilha de custos da *Paraná Edificações* ou *Tabela Sinap*; O *Cronograma Físico_Financeiro* o modelo adotado será o da *Caixa Econômica Federal*.

TABELA II

CATEGORIA	PROJETO PARA REFORMAS E ADEQUAÇÕES	VALOR MÁXIMO - R\$	
		Caracterização referencial	
PROTRU 1	Estruturas de concreto armado ou protendido, estrutura metálica	12,00	por m ² de construção
PROTRU 2	Estruturas não mensuráveis por áreas (piscinas, reforço estrutural, bueiros, pontes, etc.)	2% sobre o custo estimado da estrutura e demais despesas correlatas da reforma	

COMPOSIÇÃO DOS PROJETOS E RELATÓRIOS	PROTRU 1	PROEX 2
Fôrmas e detalhamento das dimensões e armaduras	X	X
Roteiro e procedimentos para execução	X	X
Resumo quantitativo e custo dos materiais, inclusive alvenaria, elétrica, hidráulica, correlatas à reforma.	X	X
Especificações técnicas - tipo do concreto, do aço, dos aditivos	X	X
ART (CREA) de projeto	X	X

CATEGORIA	Caracterização referencial	VALOR MÁXIMO - R\$	
		Caracterização referencial	
PROELE 1	Instalações elétricas prediais	8,00	por m ² de construção
PROELE 2	Instalações de telefonia, lógica, em prédios	3,00	por m ² de construção
PROELE 3	Sistema de Proteção contra descargas atmosféricas (SPDA)	1,50	por m ² de construção
PROELE 4	Rede de alta tensão, iluminação pública, redimensionamento de carga até 225 KVA	4.000,00	por rede



PROELE 5	Rede de alta tensão, redimensionamento de carga acima, de 225 KVA	6.000,00	por rede
----------	---	----------	----------

COMPOSIÇÃO DOS PROJETOS E RELATÓRIOS	PROELE 1	PROELE 2	PROELE 3	PROELE 4	PROELE 5
Projeto completo	X	X	X	X	X
Especificações técnicas detalhadas	X	X	X	X	X
Quantitativo de materiais e respectivos custos	X	X	X	X	X
ART (CREA)de projeto	X		X	X	X
Aprovação junto aos órgãos competentes				X	X

CATEGORIA	Caracterização referencial	VALOR MÁXIMO - R\$	
PROINC 1	Projeto de Prevenção contra incêndio e pânico	3,00	por m ² de construção
	COMPOSIÇÃO DOS PROJETOS E RELATÓRIOS	PROINC 1	
	PROJETO COMPLETO PSCIP	X	
	Quantitativo de materiais e respectivos custos	X	
	Todos Memoriais exigidos no PSCIP	X	
	ART (CREA)de projeto	X	
	Projeto aprovado pelo Corpo de Bombeiros	X	



ANEXO II
Pregão Presencial 33/2014
PROPOSTA DE PREÇOS
(Modelo)

RAZÃO SOCIAL: _____

ENDEREÇO: _____

CIDADE: _____ ESTADO: _____ CEP: _____

CNPJ/MF: _____ FONE: () _____ FAX: () _____

E-MAIL: _____

Lote Único

Categoria	Descrição	Estimativa em M2		Valor Unitário		Valor Total		Total Geral
		Constr.	Reforma	Constr.	Reforma	Constr.	Reforma	
PROEXE 1	Salas de aula, Laboratórios, Administração, Secretarias, Salas de estudos, bibliotecas.	7.000	3.500					
PROEXE 2	Galpões sem laje na cobertura, podendo ter laje piso, para depósitos, garagens e WC	1.500	1.000					
PROEXE 3	Galpões para máquinas, estábulos, aviários rurais simples	500	1000					
PROEXE 4	Escadas e rampas externas, casa de máquinas.	500	500					
PROTRU 1	Estruturas de concreto armado ou protendido, estrutura metálica	1000	XXX		XXX		XXX	
PROTRU 2	Estruturas não mensuráveis por áreas (piscinas, reforço estrutural, bueiros, pontes, etc.)	XXX	XXX	XXX	XXX		XXX	
PROELE 1	Instalações elétricas prediais	20.000	XXX		XXX		XXX	
PROELE 2	Instalações de telefonia, lógica, em prédios	60.000	XXX		XXX		XXX	



PROELE 3	Sistema de Proteção contra descargas atmosféricas (SPDA)	60.000	XXX		XXX		XXX	
PROELE 4	Rede de alta tensão, iluminação pública, redimensionamento de carga até 225 KVA	3un	XXX		XXX		XXX	
PROELE 5	Rede de alta tensão, redimensionamento de carga acima, de 225 KVA	1un	XXX		XXX		XXX	
PROINC 1	Projeto de Prevenção contra incêndio e pânico	70.000	XXX		XXX		XXX	
TOTAL								

Valor Total do Lote Único: R\$......(.....)

OBSERVAÇÃO: em que pese o critério de julgamento ser o de menor preço por lote, os valores dos projetos precisam ser individualizados, observando-se as balizas financeiras definidas no Anexo I [TERMO DE REFERÊNCIA].

Validade da Proposta: _____

Concordamos com todas as condições do Edital.

Data: ____/____/____

 Nome
 RG/CPF
 Cargo



ANEXO III
Pregão Presencial 33/2014
DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO EDITAL
(Modelo)

RAZÃO SOCIAL: _____

ENDEREÇO: _____

CIDADE: _____ ESTADO: _____ CEP: _____

CNPJ/MF: _____ FONE: () _____ FAX: () _____

E-MAIL: _____

O representante legal da Empresa....., na qualidade de Proponente do procedimento licitatório aberto pelo EDITAL N° 33/2014, sob a modalidade PREGÃO PRESENCIAL, PROCESSO N° 10001-368/2014, instaurado pela Universidade Estadual do Norte do Paraná, declara, para todos os fins de direitos, que tem pleno conhecimento e atende todas às exigências de habilitação previstas no respectivo edital de licitação.

..... dede 2014.

Nome
RG/CPF
Cargo



ANEXO IV
Pregão Presencial 33/2014
DECLARAÇÃO
(Modelo)

RAZÃO SOCIAL: _____

ENDEREÇO: _____

CIDADE: _____ ESTADO: _____ CEP: _____

CNPJ/MF: _____ FONE: () _____ FAX: () _____

E-MAIL: _____

Declaramos, para todos os fins de direito, na qualidade de proponente do procedimento licitatório aberto pelo EDITAL N° 33/2014, sob a modalidade PREGÃO PRESENCIAL, PROCESSO N° 10001-368/2014, instaurado pela Universidade Estadual do Norte do Paraná:

- que não estamos suspensos de participar de licitação e impedida de contratar com a Universidade Estadual do Norte do Paraná, na forma do inciso III do art 150 da Lei Estadual nº 15.608/07;
- que não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, Direta ou Indireta, Federal, Estadual ou Municipal, na forma do inciso IV do art 150 da Lei Estadual nº 15.608/07;
- que a empresa não possui empregados menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem emprega menores de 16 anos, salvo eventual condição de aprendiz a partir de 14 anos;
- que a empresa atende aos critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade sócio-ambiental, respeitando as normas de proteção do meio ambiente, em conformidade com o Decreto Estadual nº 6252 de 22 de março de 2006.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

....., de..... de 2014.

Nome
RG/CPF
Cargo



ANEXO V

Pregão Presencial 33/2014

DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

(Modelo)

RAZÃO SOCIAL: _____

ENDEREÇO: _____

CIDADE: _____ ESTADO: _____ CEP: _____

CNPJ/MF: _____ FONE: () _____ FAX: () _____

E-MAIL: _____

Declaramos, sob as penas da lei, para fins de participação na licitação aberta pelo EDITAL N° 33/2014, sob a modalidade PREGÃO PRESENCIAL, PROCESSO N° 10001-368/2014, da Universidade Estadual do Norte do Paraná, de que somos uma Microempresa (ou Empresa de Pequeno Porte, conforme o caso), estando sujeita aos benefícios da Lei Complementar n° 123, de 14.12.2006.

..... dede 2014.

Nome
RG/CPF
Cargo



ANEXO VI
Pregão Presencial 33/2014
DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE PARENTESCO
COM SERVIDOR DA UENP
(Modelo)

RAZÃO SOCIAL: _____

ENDEREÇO: _____

CIDADE: _____ ESTADO: _____ CEP: _____

CNPJ/MF: _____ FONE: () _____ FAX: () _____

E-MAIL: _____

Declaramos para os fins de direito, na qualidade de Proponente do procedimento de licitação, na modalidade Pregão Presencial, sob nº 33/2014, da UENP – Reitoria, que não há parentesco entre nossos sócios ou proprietários com servidores da UENP, nos termos da Súmula Vinculante 13 do Supremo Tribunal Federal (cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive) sob as penas da lei; que até a presente data inexistem relações de parentesco impeditivas para nossa habilitação, e ainda, que estamos cientes da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

_____, em ___ de _____ de 2014.

Nome:

RG/CPF:

Cargo:



ANEXO VII
Pregão Presencial 33/2014
DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADES
(Modelo)

RAZÃO SOCIAL: _____
ENDEREÇO: _____
CIDADE: _____ ESTADO: _____ CEP: _____
CNPJ: _____ FONE: () _____ FAX: () _____
E-MAIL: _____

Declaramos para os fins de direito, na qualidade de Proponente do procedimento de licitação, na modalidade Pregão Presencial, sob nº 33/2014, da Universidade Estadual do Norte do Paraná - Reitoria, que:

- Assumimos inteira responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados ao Pregoeiro, sujeitando-nos a eventuais averiguações que se façam necessárias;
- Comprometemo-nos a manter, durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- Temos conhecimento e submetemo-nos ao disposto na Lei nº 8.078/90 - Código de Defesa do Consumidor, bem como ao Edital e anexos do Pregão Presencial nº 33/2014.

_____, em ___ de _____ de 2014.

Nome
RG/CPF
Cargo

ANEXO VIII



DECLARAÇÃO DE VISITA

(Modelo)

À

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE DO PARANÁ – UENP

Processo 10001-368/2014 – Pregão Presencial nº 33/2014

Declaro, para os devidos fins, que o Sr. _____

_____, portador da Cédula de Identidade

RG nº _____, inscrito no CPF sob nº

_____ e no CREA (ou CAU) sob nº _____,

representante técnico da empresa

_____ sito à (Rua, Av.)

Bairro: _____ Cidade: _____ Estado: _____,

esteve nesta data visitando o local dos serviços referentes ao processo licitatório,

modalidade Pregão Presencial, nº 33/2014, tendo tomado conhecimento de todas as

informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da

licitação.

_____, _____ de _____ de 2014.

Carimbo, nome e assinatura do representante legal da empresa
Cédula de Identidade (número e órgão expedidor)



ANEXO IX Pregão Presencial 33/2014

MINUTA DA ATA

Aos ... dias do mês de do ano de dois mil e treze, a **UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE DO PARANÁ - UENP**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF sob nº 08.885.100/0001-54, com sede na Av. Getúlio Vargas, nº 850, nesta cidade de Jacarezinho, Estado do Paraná, neste ato representada por e a empresa, neste ato representada por, resolvem, nos termos da Lei Estadual nº 15.608/07, bem como em conformidade com o resultado do **EDITAL nº 33/2014 - Pregão Presencial Registro de Preços – Processo nº 10.001-368/2014**, homologado em /.... /2014, (DIOE nº), **REGISTRAR OS PREÇOS** para futuras aquisições do objeto a seguir indicado:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada visando a futura **ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE ENGENHARIA DIVERSOS**, conforme condições fixadas no Anexo I (Termo de Referência) deste Edital.

Parágrafo Único: Integram e completam a presente Ata de Registro de Preços, para todos os fins de direito, obrigando-se as partes em todos os seus termos, as condições expressas no **Edital de Licitação, Pregão Presencial nº 033/2014**, juntamente com seus anexos e a proposta da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O valor total do presente instrumento é de R\$......(.....).

Parágrafo Primeiro: O valor registrado em Ata abrange as obrigações assumidas na licitação, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais, comerciais, seguros e demais encargos pertinentes, necessários à perfeita prestação dos serviços objeto desta minuta.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado após a entrega de cada projeto e respectiva validação pelo engenheiro responsável da UENP.

CLÁUSULA QUARTA - DO RECURSO FINANCEIRO



As despesas deste Contrato correrão à conta dos recursos da dotação orçamentária 4548.0001 – 3390.3904 e 4560.0000.3390.3904. Fonte 132, 250, 281,284.

CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO E DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

O prazo total para entrega dos projetos é de 60 (sessenta) dias a partir da emissão da ordem de serviço, admitida a possibilidade de prorrogação por conveniência da UENP.

CLÁUSULA SEXTA: DO REAJUSTE DE PREÇOS

7.1 - Os preços registrados poderão ser revisados/alterados em caso de oscilação no custo de produção comprovadamente refletida no mercado, tanto para mais como para menos, reclassificando-se os preços cotados, se for o caso, bem como nas demais hipóteses previstas na Lei Estadual nº 15.608/07.

7.2 - Não será concedida revisão de preços sem decurso de um prazo mínimo de 90 (noventa) dias.

7.3 - Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser atualizados nos termos e prazos fixados pelo órgão controlador.

7.4 - A UENP ou a empresa licitante poderão suscitar o procedimento para análise dos preços praticados no mercado para fins de revisão/alteração dos preços, com a devida fundamentação.

7.5 A comprovação da oscilação do custo de produção poderá ser feita pela empresa licitante, mediante apresentação de documentos comprobatórios hábeis, devidamente aceitos pela UENP.

7.6 -Facultativamente, se for o caso, a UENP poderá exigir outros documentos complementares ou, ainda, realizar pesquisa de mercado para confirmação dos preços vigentes e, inclusive, propor a revisão dos preços registrados mediante aplicação de índices diferentes dos apresentados pelo proponente.

7.7 - A não aceitação da revisão/realinhamento dos preços por parte da UENP, quando solicitado pela empresa licitante, poderá implicar na exclusão da licitante no respectivo item deste registro de preços.

7.8 A não aceitação da revisão/realinhamento dos preços por parte da empresa licitante, quando proposto pela UENP, igualmente, implicará na exclusão da contratada no respectivo item deste registro de preços.

7.9 Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, quando ocorridos após o registro dos preços, de comprovada repercussão nos preços



contratados, implicarão na revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A presente Ata terá vigência de 12 (doze) meses, a contar de sua assinatura.

CLÁUSULA OITAVA: DO CANCELAMENTO DO PREÇO REGISTRADO

8.1 Os preços registrados poderão ser suspensos ou cancelados nos seguintes casos:

I. Pela UENP, quando for por ela julgado que o fornecedor esteja definitiva ou temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da licitação que deu origem ao registro de preços ou pela não observância das normas legais ou editalícias;

II. Pelo fornecedor, quando mediante solicitação por escrito, demonstrar que está definitiva ou temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da licitação e devidamente aceita pela UENP, nos termos legais;

III. Por relevante interesse da UENP, devidamente justificado;

IV. Pela UENP no caso de fato que desabone a idoneidade, a capacidade financeira, técnica ou administrativa da contratada.

8.2 Enquanto perdurar a suspensão ou cancelamento dos preços, poderão ser realizadas novas licitações para aquisição do objeto constante do presente registro de preços.

8.3 O cancelamento do preço registrado, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por decisão da Reitoria e publicado no Diário Oficial do Estado.

CLÁUSULA NONA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1 Pelo descumprimento total ou parcial de quaisquer das obrigações estabelecidas neste edital, são cabíveis as seguintes sanções administrativas:

- a) Advertência;
- b) Multa;
- c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a UENP por prazo não superior a 02 (dois) anos,



- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a UENP, pelo prazo de até 05 (cinco) anos.

9.2 Para aplicação das sanções administrativas, a UENP levará em consideração a natureza e a gravidade da falta, os prejuízos dela advindos e a reincidência na prática do ato, apurados mediante processo administrativo, assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, conforme a seguir:

9.2.1 A sanção administrativa de **ADVERTÊNCIA** será aplicada por escrito e destinada às condutas que prejudiquem o andamento do procedimento de licitação e de contratação.

9.2.2 A sanção administrativa de **MULTA** será aplicada por inexecução total ou parcial da obrigação, sujeitando o inadimplente à multa de mora, que será graduada de acordo com a gravidade da infração, observando-se os seguintes limites:

- a) 10% (dez por cento) sobre o valor da aquisição, em caso de descumprimento total da obrigação;
- b) 0,3% (três décimos por cento) ao dia, calculado até o trigésimo dia, sobre o valor da parte dos produtos não entregues;
- c) 0,7% (sete décimos por cento) por cada dia subsequente ao trigésimo dia referido na alínea anterior.

9.2.2.1 A multa será descontada diretamente do pagamento da nota fiscal, caso ainda não paga ou, ainda, cobrada mediante procedimento administrativo ou judicial, conforme o caso.

9.2.2.2 A aplicação da multa a que se refere este item não impede que a UENP cancele a aquisição e aplique as demais sanções previstas na legislação estadual pertinente.

9.2.2.3 As multas previstas neste item não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá a empresa inadimplente da responsabilidade por perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

9.2.3 A sanção administrativa de **SUSPENSÃO** temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a UENP serão aplicadas nas hipóteses dos ilícitos previstos nos incisos do art. 154 da Lei Estadual nº 15.608/07.

9.2.4 A sanção administrativa de **DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE** será aplicada nas hipóteses dos ilícitos previstos nos incisos do art. 156 da Lei Estadual nº 15.608/07.

9.2.5 A não regularização da documentação pertinente à comprovação de regularidade fiscal por parte das microempresas e empresas de pequeno porte no prazo estabelecido no edital, implica em descumprimento de obrigação passível de aplicação das sanções administrativas previstas neste item, assegurado o direito ao contraditório e ampla defesa.



CONDIÇÕES GERAIS:

1. Aplica-se à presente Ata de Registro de Preços todas as cláusulas e condições estabelecidas no edital nº 33/2014 – Processo nº 10.001-368/2014, bem como da respectiva proposta, independentemente de suas transcrições.
2. As quantidades da Ata de registro de preços são estimativas e poderão ser ampliadas quando da necessidade da UENP, mediante justificativa da UENP, conforme limites estabelecidos no artigo 112, § 1º, inciso II, da Lei Estadual nº. 15.608/2007.
3. Os casos omissos serão solucionados de acordo com os preceitos de direito público e as disposições da Lei nº 15.608/2007.
4. O foro competente para dirimir quaisquer questões oriundas desta licitação é o da Comarca de Jacarezinho, Estado do Paraná, com renúncia prévia e expressa a qualquer outro.
5. E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam a presente Ata de Registro de Preços em duas vias de igual teor e forma, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Universidade Estadual do Norte do Paraná - UENP

Reitor

(Nome da empresa)

(Nome do representante legal)